PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Sra. NELY AQUINO)

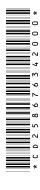
Institui o Programa Voucher Saúde da Mulher, destinado a ampliar o acesso aos exames preventivos de saúde da mulher por meio da utilização de serviços da rede privada de saúde.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa Voucher Saúde da Mulher, destinado a ampliar o acesso aos exames preventivos de saúde da mulher por meio da utilização de serviços da rede privada de saúde, quando o tempo de espera na rede pública for superior a 30 (trinta) dias.

- Art. 2º São objetivos do Programa Voucher Saúde da Mulher:
- I garantir o acesso oportuno aos exames preventivos de saúde da mulher;
 - II reduzir o tempo de espera para a realização dos exames;
 - III ampliar a oferta de serviços de saúde preventivos;
 - IV assegurar a integralidade do cuidado à saúde da mulher.
- Art. 3º O acesso ao Programa Voucher Saúde da Mulher está garantido às mulheres que, simultaneamente, nos termos do regulamento:
 - I estejam cadastradas no Sistema Único de Saúde (SUS);
- II atendam aos critérios de público-alvo estabelecidos em regulamento do Ministério da Saúde;
- III não consigam agendamento para o exame em menos de
 30 (trinta) dias na rede pública;
- IV tenham solicitação médica que explicite a indicação clínica do exame.





Art. 4º A participação dos estabelecimentos privados de saúde no Programa fica condicionada ao credenciamento prévio junto ao SUS, bem como à obediência do disposto pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, nos termos do regulamento.

Art. 5º O pagamento pelo serviço prestado condiciona-se à realização do exame, à confirmação do recebimento do resultado pela unidade de saúde de referência da usuária, bem como à divulgação periódica dos exames realizados e dos valores recebidos, resguardado o sigilo dos dados pessoais, nos termos do regulamento e da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Parágrafo único. O laudo com o resultado dos exames deve ser anexado ao prontuário clínico na unidade de saúde de referência da paciente.

Art. 6º A inobservância ou a desobediência aos preceitos desta Lei sujeita o infrator às sanções previstas pela Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Art. 7º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação

JUSTIFICAÇÃO

O acesso aos exames preventivos de saúde da mulher tem se mostrado um problema crítico em nosso sistema de saúde. Dados recentes revelam que a cobertura de mamografia de rastreamento para câncer de mama é alarmantemente baixa, inferior a 35% em todos os estados, chegando a menos de 10% em algumas regiões do país¹.

A baixa cobertura não decorre necessariamente da falta de equipamentos, mas de diversos fatores como a distribuição desigual de recursos de saúde entre as regiões, dificuldades de acesso, falta de informação, longos tempos de espera, bem como fatores psicológicos, como

FOLHA DE S.PAULO. Cobertura de mamografias de rastreamento no SUS foi inferior a 35% em todos os estados do país. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/10/cobertura-de-mamografias-de-rastreamento-no-sus-foi-inferior-a-35-em-todos-os-estados-do-pais.shtml. Acesso em: 6 mar. 2025.





Apresentação: 07/03/2025 08:17:38.973 - Mesa

medo do exame ou do resultado. A situação torna-se especialmente preocupante ao considerarmos que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda uma cobertura superior a 70% para esses programas de rastreamento.

O Programa Voucher Saúde Mulher propõe uma solução inovadora ao permitir a utilização da capacidade instalada da rede privada de saúde, com o objetivo de aumentar a oferta e a capilaridade dos exames preventivos de saúde da mulher. Tal mecanismo está em conformidade com o disposto na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que prevê a participação complementar do setor privado no Sistema Único de Saúde quando as disponibilidades do SUS forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial à população de uma determinada área.

Além disso, o projeto incorpora mecanismos de controle para prevenir fraudes e garantir a qualidade do serviço prestado, como: (i) credenciamento prévio dos estabelecimentos privados; (ii) critérios claros de elegibilidade das beneficiárias; (iii) vinculação do pagamento à efetiva realização do exame e registro dos resultados; além de (iv) penalidades específicas para coibir irregularidades.

Ademais, o programa foi desenhado para garantir a continuidade do cuidado, assegurando que os resultados dos exames sejam adequadamente encaminhados às unidades de saúde de referência das usuárias e que haja seguimento apropriado dos casos que necessitem de investigação adicional ou tratamento.

A Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer, instituída pela Lei nº 14.758, de 19 de dezembro de 2023, estabelece a necessidade de ampliar a oferta de serviços de rastreamento e diagnóstico precoce para populações em localidades com baixa oferta desses serviços². O Programa Voucher Saúde Mulher vem ao encontro deste objetivo, pois oferece uma alternativa viável para reduzir as filas de espera e garantir o acesso oportuno aos exames preventivos.

SOUZA, J. S.; SILVA, M. R.; OLIVEIRA, L. F. Análise do efeito da alocação de mamógrafo sobre indicadores de saúde da mulher. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 40, n. 7, 2024. Disponível em: . Acesso em: 6 mar. 2025.





Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputada NELY AQUINO



